

A ALGUNS DOS MEUS MORTOS

por

Vítor Oliveira Jorge*

No dealbar do ano de 1998, em que eu próprio atinjo a meia centena de anos (e com ela, assumindo a arbitrariedade do seu simbolismo, uma acrescida consciência da fugacidade da vida), recordo um conjunto de pessoas que foram muito marcantes no meu trajecto intelectual (o que quer dizer, também, afectivo), e que na sua maioria desapareceram. Falo aqui por essas pessoas, pela grandeza do que me transmitiram, e não por mim, é óbvio – mas seria hipocrisia acentuar demasiado isso, porque elas só existem agora, do meu ponto de vista, como figuras que atravessam a minha própria memória. Estão mortas, mas... quando começaram a desaparecer da minha vida e a, de certo modo, morrer? Há sempre um espaço de sombra entre o desaparecimento biológico, umas vezes esperado (devido à adiantada idade), outras chocantemente súbito, e o desaparecimento presencial, convivial... em que a memória de alguém, que foi para nós, durante um tempo, presença física, parte integrante da nossa vivência quotidiana, se vai esfumando, e na prática realmente falecendo. Por isso as viagens, sobretudo quando são para longe e por muito tempo, são sempre, como nos lembra o lugar comum, uma certa forma de morte antecipada, porque nada restabelecerá o fio do diálogo que cada viagem inevitavelmente interrompe.

Tive a sorte de ter alguns grandes professores: entre os mais conhecidos publicamente, estão Vergílio Ferreira e Mário Dionísio, no Liceu Camões, em Lisboa; e, na Faculdade de Letras da capital (onde me licenciiei em História em 1972), Jorge de Macedo, Orlando Ribeiro e Vitorino Nemésio. Mestres que conheci no exterior do ensino que frequentei, poderia indicar muitos, mas circunscrevo-me a Eduardo da Cunha Serrão, que me iniciou na Arqueologia, e

* FLUP, Porto.

a Jean Roche – felizmente ainda vivo – com quem fiz diversos trabalhos de campo, e a tese de doutoramento. Georges Zbyszewski, também ainda activo nos “Serviços Geológicos”, ensinou-me muita coisa sobre geologia, técnicas de talhe da pedra, etc. Amigos, aos quais seria talvez excessivo chamar mestres, mas a quem devo muito, tenho tido bastantes; elegerei no entanto, de entre os já falecidos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o responsável por eu ter vindo para a Faculdade de Letras do Porto há 23 anos, e Michel Giacometti, que no ano da sua morte (1990) nos visitou assiduamente, nas nossas escavações da Aboboreira e de Chaves. E por este rol me fico, porque nesta constelação afectiva teriam de figurar até antigos alunos já desaparecidos (como o Henrique David), amigos de sempre que estão longe, ou raramente vejo (e assim, todos os dias, me morrem mais um pouco), e mestres/amigos mais recentes que muito respeito, e a quem muito devo, mas que não quero associar a este texto algo “necrológico”.

Recentemente, no mesmo dia (Novembro de 1997), fui noticiado do desaparecimento de Orlando Ribeiro, e de Luís Saldanha, sobrinho de Eduardo Serrão e meu grande amigo também. A eles dois, bem como a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, dedicarei aqui uma breve invocação.

Fui aluno de Orlando Ribeiro numa das duas cadeiras de opção (Geografia Humana) do curso de História que tirei; tive também a oportunidade de participar em visitas de campo com ele, onde conheci sua mulher, Suzanne Daveau. Apercebi-me logo, por esses contactos, que o ambiente que se vivia no Centro de Estudos Geográficos da FLUL nada tinha a ver com a atmosfera opressiva do resto da faculdade de então. Ali podia-se respirar. Os estudos teóricos e práticos estavam interligados. Tínhamos acesso fácil a uma biblioteca operacional, às publicações periódicas recentes, enfim, existia ali um verdadeiro ambiente de trabalho. Orlando Ribeiro, que eu considerava, e considero, um génio, surpreendia-me sempre que contactava comigo. Um dia, no bar da faculdade, dirigiu-se a mim, e perguntou-me como ia a preparação da minha tese de licenciatura (que ele sabia ser sobre o Paleolítico inferior e médio, mas na perspectiva da valorização das chamadas “indústrias” de seixos afeiçãoados) – fiquei estupefacto pelo interesse que demonstrava, numa Escola onde o fosso entre professores e alunos era enorme. Outra vez, para podermos continuar a conversa, pediu-me que entrasse no seu gabinete, e perguntou-me, também para meu espanto: “já alguma vez viste um professor em cuecas? Pois vais ver agora, que tenho de me preparar para um júri.” De outra vez, decidi atribuir-me um espaço de trabalho, concretamente uma secretária, no Centro de Estudos Geográficos, numa clara demonstração de interesse pela arqueologia pré-histórica, como área de estudo, entre tantas, articulável com a geografia. E andou pelo Centro, de porta em porta, a apresentar aos vários investigadores e auxiliares o modesto aluno que eu então

era, como se fosse um colega! Lembro-me que foi nessa altura que conheci, dessa maneira “protocolar”, Galopim de Carvalho e Jorge Gaspar... Finalmente, recordo alguns momentos de uma excursão à zona de Torres Vedras, Magoito, etc. Orlando Ribeiro tinha arrancado um ramo de um arbusto, cuja classificação perguntara; como nenhum dos circunstantes soubesse, disse-a ele próprio, lembrando que o geógrafo, qualquer geógrafo, não podia desconhecer, pelo menos, uns rudimentos de botânica. Daí a pouco, explicava a duna consolidada do Magoito; e perante o estatismo dos alunos, aconselhou-os a apalpar a duna, percebendo directamente a consistência da formação; como estudante de arqueologia, falou-me muito esse apelo ao diálogo directo com a materialidade das coisas. Ao reentrar no autocarro, pediu-me para me sentar ao lado dele, indicando-me o assento com um toque do ramo que tinha colhido, e ainda trazia na mão; creio que, como grande professor que era (e o bom professor é sempre aquele que está atento aos prenúncios de novas vocações, para as estimular), foi nesse momento que O. Ribeiro “deu por mim”. Nunca poderei deixar de lhe ficar grato pela confiança que me instilou. É claro que, já na altura, li a sua obra toda publicada em livro, desde o “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”, até ao “Mediterrâneo, Ambiente e Tradição”, que estão entre os livros mais belos que se escreveram sobre este país e sobre o grande mundo em que se insere. Mundo que Orlando Ribeiro tratava com familiaridade, qualquer que fosse a região geográfica considerada, qualquer que fosse a civilização que se abordasse, da chinesa à dos Aztecas. A sua escala era a da experiência humana no seu conjunto, em todas as dimensões. Imagine-se a brutalidade do contraste que isso fazia com uma escola onde circulavam, entre os contínuos, informadores da PIDE, e onde muitos professores – com notáveis, e bem conhecidas excepções, evidentemente – mais não eram, no melhor dos casos, do que repositórios de erudição balofa e desconexa, sem qualquer ligação com a vida que nós, jovens, tanto tínhamos urgência em compreender e livremente experimentar!

Honrou-me muito que, quando um dia veio ao Porto, antes de ficar imobilizado em sua casa de Vale de Lobos, Orlando Ribeiro tivesse querido ver, na Faculdade de Letras, dois dos seus antigos alunos: Luís Oliveira Ramos e eu próprio. Abandonei as aulas que dava e logo me dirigi à sala onde estava o mestre, cheio de alegria por o poder reencontrar. Honrou-me ainda mais quando, anos depois (arguia eu na FLUL as provas de competência científica e capacidade pedagógica de João Zilhão), Orlando Ribeiro, para me rever, veio de propósito, em cadeira de rodas, de sua casa, assistir às provas. Confesso que eu próprio me senti “avaliado” quando, do alto da cadeira de onde arguia, via lá em baixo o meu mestre esperando pelo fim da sessão para me cumprimentar. Que contraste entre tamanha modéstia e a soberba de outros que julgam tudo saber, e que se pretendem a todos sobrepor, mal começam as suas carreiras!

Dizer que Orlando Ribeiro era um sábio universal, mas também um grande escritor; que dele arrancou praticamente tudo quanto se faz em geografia actualmente em Portugal; que este país – onde só os políticos e os artistas parecem concitar o interesse do público, e, mesmo assim, nem sempre nos aspectos mais relevantes das respectivas actividades – nunca lhe prestou uma homenagem na proporção que merecia, são banalidades evidentes. Mais importante será talvez, incansavelmente, perpetuar o seu exemplo de professor amigo e estimulante, aberto aos estudantes e criador de um ambiente de fraternal convívio, onde efectivamente se pode aprender, e onde sobretudo se pode ganhar confiança para adquirir a indispensável autonomia do investigador criativo.

Como Orlando Ribeiro, Luiz Saldanha era um homem de toda a terra, que incansavelmente percorreu, levado pelos seus estudos oceanográficos, mas não só: acima de tudo, o Luiz amava a vida, vivida intensamente. Lembro-me dele em Sesimbra, nos anos sessenta, preparando a tese de doutoramento, com a ajuda da sua primeira mulher. Num pequeno escaler, que tinha comprado a meias com o tio Eduardo, acumulavam-se o equipamento de trabalho e os frasquinhos onde ia recolhendo as amostras; enquanto nós prospectávamos os planaltos, ou escavávamos na Lapa do Fumo, ele passava os dias a mergulhar, não raro na companhia de colegas de outros países (sobretudo franceses), com os quais mantinha relações muito constantes. Ao prazer da investigação científica juntava-se o do mergulho. E a casa da Cotovia, que era a nossa base logística, tornava-se um centro de convívio de naturalistas e arqueólogos: por lá passava o Prof. Telles Antunes, grande geólogo e paleontólogo, que connosco continua a trabalhar, na determinação de restos ósseos provenientes de estações pré-históricas; o numismata José Rodrigues Marinho, e diversos outros.

Nunca vi Luiz Saldanha como, propriamente, um “intelectual”; era um homem de experiência, e de experiência da natureza em todas as dimensões, desde o mais profundo dos oceanos, até aos desertos que tanto amava. Gostava de contar histórias saborosas dos ambientes extremos (como a Antártida) onde tinha estado; era talvez um tímido, que se refugiava nessas “estórias” para não falar directamente de si. Do tio, de quem tinha recebido uma forte influência, herdou o gosto do desenho (Serrão foi um pintor antes de se consagrar à arqueologia), das miniaturas, da história militar, da própria etnografia amadora. De facto, a mim (que, como ele, tinha horror à guerra e cuja principal obsessão era escapar-me à vida militar e à inevitável mobilização para as colónias como “atirador”, razão por que tudo fiz para abraçar a carreira universitária) surpreendia-me a sua descontraída “versão” das experiências por que tinha passado no Norte de Angola, durante o mais aceso da guerra colonial. Evidentemente que Luiz Saldanha era absolutamente anti-militarista e anti-colonialista, de acordo,

aliás, com o ambiente que se respirava na casa de Eduardo Serrão; foi lá parar obrigado, como tantos jovens do nosso tempo; mas aproveitava as perigosíssimas deambulações pelo mato para, qual naturalista do séc. XIX, por vezes antes ou depois de um tiroteio, recolher espécies faunísticas, e objectos etnográficos, tendo chegado a publicar trabalhos sobre estes últimos, no que considerava um dos seus “hobbies”. É claro que, tal como nas ilustrações dos seus trabalhos – especializados ou de divulgação – as estampas eram de sua autoria. Acredito que a sua disposição, física e psíquica, de atleta, que também se revelava nos estudos oceanográficos, e nas deambulações por todo o planeta (como caminhar a pé pelo Sara), o tenha auxiliado a passar por esse calvário da guerra com um estado psicológico invejável.

Lembro-me de uma vez lhe ter dito (eu, que era dez anos mais novo, e na altura aprendiz de arqueólogo) que tinha muita nostalgia de não ter seguido ciências naturais, para as quais ainda cheguei a estar inclinado durante os primeiros anos de liceu; e que ele me respondeu enfaticamente: “mas tu és um naturalista”... o que, evidentemente, me confortou muito. Saldanha fez parte daquele conjunto de pessoas que, tal como o seu tio, tal como Orlando Ribeiro, sempre me animaram a prosseguir; e bem sabemos o quanto importante é isso num país onde, para fazer qualquer coisa de diferente, de criador, é preciso lutar contra quase tudo e contra quase todos. Um país terrível, onde, sob a fachada dos “brandos costumes”, hipocritamente, se esconde amiúde uma vontade de asfixiar toda e qualquer atitude de afirmação dos outros, toda e qualquer tentativa de “fazer diferente”. Sobretudo quando essa vontade se veste com a roupagem da marginação e do silêncio, com a sua vasta teia de cumplicidades medíocres.

As últimas recordações que guardo dele são de um rápido almoço em minha casa, quando me veio trazer uns livros que o tio me deixara, aproveitando uma reunião de júri no Porto; da campanha de Jorge Sampaio, quando nos encontramos em Lisboa, numa sessão sobre o ambiente, promovida por Mário Baptista Coelho; e na cerimónia em Sesimbra, aquando da atribuição, pela auctorquia, do nome do tio a uma das ruas da vila. Não podia imaginar que o Luiz desapareceria assim de repente, sem o poder visitar, como prometera, no Laboratório Marítimo da Guia, e na sua casa de Cascais. Com o desaparecimento de amigos como este, e o afloramento de algumas deslealdades e traições com que a vida nos vai surpreendendo, ficamos mais solitários e tristes. Vemo-nos forçados a prosseguir o caminho com vozes a susurrar-nos ao ouvido a tremenda injustiça do mundo.

A melhor definição para o Carlos Alberto Ferreira de Almeida será, talvez, a de um camponês letrado. Homem da terra também, mas da sua terra minhota,

à qual estava tão ancorado que Orlando Ribeiro escreveu um dia que era ele o melhor conhecedor dessa região entre nós. Por isso, e pela vida intensa que respirava, não pôde deixar de ser ironicamente trágico que a sua morte se tenha processado bem longe, na estranha (para ele) condição de turista, numa praia da América do Sul, onde não houve ninguém que o socorresse eficazmente de um afogamento absurdo, de que salvou mulher e filho.

O Carlos Alberto é, como disse, o responsável pela minha vinda para a Universidade do Porto, para a qual já me tinha convidado (mandatado pelo Prof. António Cruz) quando eu estava a terminar a licenciatura. Acabei por ir parar a Angola (Sá da Bandeira, actual Lubango, onde funcionavam os Cursos de Letras da Univ. de Luanda), praticamente obrigado pelo catedrático de quem, então, eu dependia; mas, tendo-se dado o 25 de Abril, decidi, sem mais satisfações dar, apresentar a minha candidatura à Faculdade de Letras do Porto, no dia 29 do mesmo mês. Foi a minha libertação pessoal, logo acolhida de braços abertos pelo Carlos Alberto. Lembro-me que, para defender a minha candidatura, ele dizia aos colegas e alunos (estes então investidos de um poder de decisão que o ambiente revolucionário lhes conferira): “olhem que ele até é poeta!”.

Juntos, com a minha mulher e outros colegas, fizemos muitos percursos pelo Norte de Portugal, que ele me ajudou a conhecer; descobri as montanhas do Minho e (sobretudo) Trás-os-Montes e Alto Douro, terras quase míticas para o provinciano lisboeta que eu era, e que ainda hoje são para mim (principalmente a segunda) zonas de eleição. Publicámos as estátuas-menires do Museu de Chaves, e tivemos a sorte de dar a conhecer ao mundo (com outros colegas), as primeiras gravuras paleolíticas ao ar livre conhecidas, em Mazouco, junto ao Douro (Freixo de Espada-à-Cinta). O Carlos Alberto fez parte de todos os júris a que me submeti, do doutoramento ao concurso para catedrático. Devo-lhe a oferta de inúmeros livros, conselhos, e um companheirismo sadio que, sobretudo nos primeiros anos da minha vinda para o Porto (cidade difícil para o forasteiro), foram essenciais para a minha integração.

Distinguiam-nos muitas coisas: a sua formação eclesiástica; a sua capacidade quase enciclopédica em se desdobrar (sempre com intuições notáveis) pela história de arte, pela etnografia, pela arqueologia de todas as épocas; a sua profunda radicação ao Noroeste, quando eu me tornei, pela força das circunstâncias, um desenraizado, e, por opção, um cosmopolita. Aproximava-nos muito uma vontade arraigada de unir o saber à vida, uma certa anarquia rebelde, de menosprezo instintivo por toda e qualquer forma de poder e de artificial sobrançeria, uma certa nostalgia “popular” das evidências, em que as descobertas mais “intelectuais” fossem, também, produto dos mais incontornáveis sentimentos. Lembro-me da sua comoção, das suas lágrimas verosímeis, ao escutar certa versão da “Flauta Mágica”; do generalizado riso, desprendido e livre, ouvindo uma das

suas picarescas histórias, algures numa estrada transmontana, caindo o dia, com o brilho do Douro ao fundo. Recordo como apreciava a interrogação, a questionação, a dúvida, onde outros, bem menos sabedores, estão sempre cheios de certezas e de afirmações empoladas. Perante esses, perante alguma mediocridade convencida que nos rodeava, e que por vezes nos tentava prejudicar, o Carlos Alberto encolhia os ombros, num misto de falta de paciência e de inconformada aceitação da irrevogável estupidez do mundo.

Nos últimos anos, afastou-se um pouco dos amigos, talvez não por inteira vontade sua. E concentrou-se na história de arte, onde indubitavelmente produziu obra capital. Talvez desiludido, fechou-se num mundo mais pessoal, e naquilo em que sentia que podia deixar melhor testemunho. Mas a Faculdade de Letras do Porto deve-lhe muito em todos os domínios acima referidos. Com ele e com António Custódio Gonçalves, propus há anos a criação de uma licenciatura em Antropologia na FLUP, que talvez um dia se venha a concretizar no âmbito do recém-criado Departamento de Ciências e Técnicas do Património; seria aliás uma maneira condigna de homenagear a sua memória. Porque, para além das barreiras disciplinares, e para lá das formulações teóricas, o Carlos Alberto era sobretudo um homem de intuições geniais, conduzidas, afinal, pelo seu profundo conhecimento da terra minhota em que mergulhava as raízes.

Na manhã do dia em que se doutorou, foi ajudar a lavrar a terra da família com uma junta de bois. Não conheço melhor imagem para sintetizar este ser humano, que tanta gente influenciou, e que tornou mais felizes os nossos dias numa cidade cinzenta, onde nos coube trabalhar e viver.

Esta breve evocação, quase autobiográfica, de três personagens, na sua vertente mais “humana”, pode deixar no leitor a ideia de um passadismo nostálgico, e de um certo egocentrismo, por parte de quem a escreveu. Realmente, não penso que pessoas como Orlando Ribeiro, Luiz Saldanha, ou Carlos Alberto Ferreira de Almeida apareçam com facilidade no espaço curto de uma existência. Conhecer-los, conviver com eles, foi um grande privilégio. Era esse testemunho assumidamente pessoal que queria deixar aqui, e não tanto analisar as suas tão diversificadas obras, o que, de forma exaustiva, estaria para além da minha competência, e do espaço de escrita deste texto. Essa análise há-de ser realizada por alguém que um dia faça a história dos homens e mulheres que ajudaram a conhecer os valores do nosso país.

Mas, por outro lado, a minha atenção está voltada para o que se está elaborando agora, e os destinatários deste depoimento são obviamente aqueles que vierem a lê-lo, e dele aproveitarem alguma coisa. Um país que não faça a história, e não preste homenagem (se possível crítica, e devidamente contextualizada) aos que nele deixaram uma marca, é uma terra queimada, um mundo desumano.

Por isso escrever isto foi um imperativo de quem quer viver numa terra respirável, onde a amizade possa alicerçar-se, apesar da pressa, e da distância dos seres. Tenho bastantes razões para admitir que, como numa espécie de exército vitorioso sob fogo, por cada amigo tombado, muitos outros se erguerão.

Porto, Inverno de 1997.